

O IMPACTO DA ESCOLHA DO MODELO BILINGUE EM MOÇAMBIQUE PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Andrade Henrique¹

Resumo

Este texto pretende provocar uma reflexão conjunta e em voz alta quanto à escolarização de crianças portadoras de deficiência na aprendizagem, vulgo necessidades educativas especiais. Entende-se por necessidades educativas especiais aquelas que resultam de limitações significativas que os aprendentes experimentam, como resultado de modificações funcionais e estruturais. Estas modificações podem ser permanentes, o que resulta em dificuldades continuadas quer no domínio da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, quer no que se refere ao relacionamento interpessoal ou na participação social. A questão é: como operacionalizar o currículo no ensino bilingue, de forma a abranger alunos com necessidades especiais, caso dos surdos-mudos. Partindo do pressuposto que o currículo é uma construção cultural historicizada, então, a sua aplicação dependerá de condicionalismos vários e de interesses conflituosos. É nessa conflitualidade que julgamos haver espaço para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no currículo regular, pois compete à escola o estabelecimento do que se deve aprender, como e quando aprender, que formas de organização de ensino se mostram mais eficientes para o sucesso de todos os alunos, independentemente da sua condição.

Palavras-chave: ensino bilingue, necessidades educativas especiais, ensino-aprendizagem, surdo-mudo, currículo.

¹ Mestrando em Educação-Ensino de Português/2013. Docente afecto ao Departamento de Ciências de Linguagem, Delegação da Beira.

I. INTRODUÇÃO

Pretendemos com este texto, por um lado, reflectir sobre o impacto da escolha do modelo bilingue em Moçambique para alunos com necessidades educativas especiais (NEE): caso dos surdos-mudos. Por outro lado, compreender como vem sendo realizado o processo educacional bilingue dos alunos com NEE surdos-mudos, uma vez que lhes é garantido o direito de frequentar o ensino na educação infantil até ao nível superior, oferecendo-lhes todos os meios necessários para que obtenham êxito e ultrapassem os problemas de aprendizagem resultantes da sua condição.

Segundo Plano Curricular de Ensino Básico (PCEB). “o currículo é um elemento fundamental do processo de ensino aprendizagem. Nele se expressa o processo pelo qual a sociedade prepara os seus membros para a garantia da sua continuidade e desenvolvimento”. Isto implica que o currículo deve adequar-se às necessidades e diversidade dos alunos, para que estes não sejam vítimas da segregação educacional.

Tem sido frequente os alunos surdos-mudos serem excluídos do processo educativo, porque nem todas as escolas moçambicanas possuem infraestruturas apropriadas e professores com formação específica para trabalhar com crianças com deficiências, o que tem se reflectido no seu fraco desempenho na aprendizagem.

1.1. Problema

Consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente aqueles que apresentam limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou em vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

Brennan (1988) citado por Correia (1999:47), afirma que, *“há uma necessidade educativa especial quando um problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social ou qual-*

quer combinação destas problemáticas) afecta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada. Tal necessidade educativa pode classificar-se de ligeira a severa e pode ser permanente ou manifestar-se durante uma fase do desenvolvimento do aluno”.

Em Moçambique existem alunos com necessidades educativas especiais no caso particular, surdos-mudos, que frequentam o ensino bilingue. No modelo bilingue, o Português é usado como meio de ensino a partir do terceiro ano de escolarização. Assim sendo, a nossa questão é: como adaptar/operacionalizar o currículo oficial no ensino bilingue a alunos com necessidades educativas especiais no caso particular surdos-mudos? Ademais, que modificações devem ser operadas? Como os avaliar?

1.2. Hipótese

Para Bautista (1997) “as adaptações curriculares são as mais importantes estratégias de intervenção na resposta a necessidades educativas especiais (...) são acomodações ou ajustes da oferta educativa”. Isto que dizer que as escolas devem adaptar ou ajustar os seus currículos tendo em conta a situação destes alunos. Isto leva-nos a conjecturar a hipótese: As instituições de ensino devem garantir a presença de um intérprete em sala de aula, para servir de ponte de ligação comunicativa. Caso isso não aconteça, pode-se gerar uma competência comunicativa empobrecida nos alunos surdos-mudos que têm o português como língua materna.

1.3. Justificativa

A importância deste ensaio justifica-se pelo impacto que a escolha de modelo de ensino bilingue em Moçambique pode provocar no currículo, particularmente, com relação aos alunos com necessidades educativas especiais, os surdos-mudos. Segundo o PCEB (2003:50), a inserção escolar de crianças e jovens com necessidades educativas especiais de aprendizagem, rege-se pela lei do Sistema Nacional de Educação (SNE). Actualmente, muitas crianças com NEE estão inscritas no regime regular do Sistema Nacional de Educação. A mistura de alunos portadores de deficiências de aprendizagem, no caso surdos-mudos com os sem deficiências, coloca desafios à escola e aos professores. Assim sendo, há necessidade de o currículo se adequar à realidade destes alunos, sob pena de estes se sentirem marginalizados, porque, afinal, todos os alunos, sem distinção, têm direito a um programa de educação público e que responda às suas necessidades educativas.

II. Quadro Teórico

A escolha do modelo bilingue trouxe consigo um grande desafio que é a inclusão de alunos surdos-mudos com NEE no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Correia (1999:47)

NEE se aplica a crianças e adolescentes com problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais e, também, com dificuldades de aprendizagem derivadas de factores orgânicos

ou ambientais. (...), portanto com aprendizagens atípicas, isto é, que não acompanham o currículo normal, sendo necessário proceder a adaptações curriculares, mais ou menos generalizadas, de acordo com o quadro em que se insere a problemática da criança ou adolescente.

Associando o conceito de NEE ao construtivismo, Pacheco (1996:18) afirma que o currículo é *“uma construção que deve ser estudada na relação com as condições históricas e sociais em que se produzem as suas diversas realizações concretas e na ordenação particular do seu discurso, e também na relação com o contexto de aplicação, geralmente a escola ou a instituição de formação.”* Assim sendo, fazem sentido as asserções de Correia (1999) e Pacheco (1996) quando referem que o currículo é como um plano organizado do Processo de Ensino Aprendizagem e deve ser implementado tendo em conta as condições históricas e sociais, as características dos alunos com NEE, porque são portadores de múltiplas deficiências. Por isso, alunos com NEE devem merecer atenção pedagógica ou serviços educativos orientados ao longo da sua escolarização, para alcançarem o máximo crescimento pessoal e social.

Correia (1999) divide as NEE em dois grandes grupos: as NEE permanentes e NEE temporárias. Para este texto cingir-nos-emos nas NEE permanentes por ser este o foco de estudo. Correia (1999:47) define NEE permanentes como sendo aquelas em que a adaptação do currículo é generalizada e o objecto de avaliação sistemática, dinâmica e sequencial é de acordo com os progressos do aluno no seu percurso escolar. Nesta linha de pensamento, os surdos-mudos fazem parte do grupo de NEE permanentes.

De acordo com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), a surdez ou deficiência auditiva caracteriza-se pela diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o sujeito cuja audição não é operacional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é operacional, utilizando ou não a prótese auditiva. Em Moçambique existem alunos com estas deficiências, umas não operacionais, outras operacionais, ou seja, que usam a prótese auditiva.

2.2. Ensino Bilingue e alunos com NEE

O termo Bilingue remete-nos para o uso de duas línguas. Portanto, quando falamos em ensino bilingue, pressupomos a oferta ao educando da possibilidade de adquirir uma segunda língua e de a usar com fluência e naturalidade (Wikipédia). Neste contexto, no ensino bilingue a criança com NEE teria a possibilidade de adquirir duas ou mais línguas, a destacar a língua portuguesa, a de sinais e a gestual. Lacerda & Mantelatto (2000) afirmam que *“o bilinguismo visa a exposição da criança surda à língua de sinais o mais precocemente possível, pois esta aquisição propiciará ao surdo um desenvolvimento rico e pleno de linguagem e, conseqüentemente, um desenvolvimento integral”*. A comunidade dos surdos está inserida na grande comunidade de ouvintes que, por sua vez, se caracteriza por fazer uso da linguagem oral e escrita. Kyle (1999) defende a ideia de que *“toda criança surda deveria ter uma educação bilingue”*. Para o autor, *“o desenvolvimento escolar dos surdos só ocorrerá de forma efectiva se a sua língua neste caso (a língua de sinais) for aceite como primeira língua ou língua materna”*. Deste modo, a integração plena de um aluno surdo-mudo passa, necessariamente, pela garantia de convívio num espaço onde não haja repressão da sua

condição de surdo, onde se possa expressar de maneira que mais lhe satisfaça, mantendo situações de comunicação e de aprendizagem. Portanto, a aceitação da sua língua facilita o processo de comunicação com os colegas, os professores e outras entidades envolvidas no processo educativo.

2.3. Educação Especial e reforma educativa

A educação representa um veículo privilegiado de transmissão de valores considerados comuns a uma dada sociedade, tanto morais, quanto ideológicos e culturais, estando intimamente ligada ao regime de estratificação social. Segundo Bautista (1997:9) o termo “educação especial tem sido tradicionalmente utilizado para designar, um tipo de educação diferente da praticada no ensino regular, (...) sendo a criança a quem era diagnosticada uma diferença, incapacidade ou diminuição, segregada para uma unidade ou centro específico. A educação especial era designada a um tipo de aluno possuidor de algum déficit ou handicap que os apresentava como diferentes dos restantes alunos considerados normais”.

As crianças com NEE eram marginalizadas e não faziam parte de todo um processo educativo, porque se pensava que a causa da sua dificuldade era sua. Mas hoje, este pensamento dissipou-se porque já se tem em mente que as escolas reconhecem a necessidade de os alunos com NEE frequentarem o ensino normal, ou seja, reconhecem que toda a criança tem direito a educação regular inclusiva, independentemente da sua deficiência física.

As necessidades especiais dos alunos requerem que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas também que se organizem para constituir uma escola real para todos e capaz de dar conta dessas especificidades.

2.4. Educação Inclusiva para alunos com NEE surdos-mudos e o Currículo

A educação é um direito de todo o cidadão. O currículo do ESG pauta por uma educação inclusiva consubstanciada na igualdade de oportunidade para todas as crianças. Relativamente aos portadores de deficiência deverão ser criadas condições para que todas as crianças e jovens se sintam livres de qualquer forma de discriminação, através da promoção de atitudes e valores como a solidariedade, o amor pelo próximo, entre outros (PCESG, 2007:14).

Nascimento e Raffa (2009) afirmam que a deficiência auditiva ou surdez é considerada incapacidade total ou parcial de audição, devido a problemas que afectam o aparelho auditivo, embora haja casos de alunos que apresentam os dois problemas simultaneamente. Salamanca (1994:31) diz que “*o princípio fundamental da escola inclusiva, consiste em que todas as pessoas devam aprender juntas, onde quer que seja possível, não importam quais as dificuldades ou diferenças que elas possam ter (...)*”. Por seu turno, Bonifácio (2010:1) acrescenta que “*As Escolas Inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades.*” Assim, Moçambique recorreu à educação inclusiva a fim de dar educação aos alunos com NEE e para que os resultados educacionais sejam alcançados no que se refere à criança surda, e as suas condições linguísticas e culturais fossem consideradas.

Segundo Silva (2003:16), “da perspectiva pós-estruturalista, podemos dizer que o currículo é também uma questão do poder”. Silva acrescenta que “as teorias pós-críticas envolvem a identidade, alteridade, diferenças, subjectividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade e multiculturalismo”. Para Grundy (1987: 5) o currículo é uma construção cultural, social e historicizada (forma de organizar um conjunto de práticas educacionais que dependem de vários condicionalismos e de interesses conflituosos). Neste caso, se a teoria que Grundy avança depende de vários condicionalismos, então ela deve prever a inclusão de alunos com NEE muito em particular os alunos surdos-mudos.

Neste contexto e tal como avança Ribeiro (1996:13), o currículo seria assim, “uma acumulação de experiências educativas ou itinerário formativo do aluno durante a passagem pela escola, ao mesmo tempo, o currículo seria o conjunto variado de mecanismos e meios que possibilitam, no tempo de vida escolar, diversas e sucessivas experiências formativas”. Por isso, ao se conceber um currículo, dever-se-iam prever adaptações à situação dos alunos com NEE, tendo em conta a necessidade de práticas de aprendizagens significativas (construtivismo), abertas e flexíveis. Isto não implica, claro, que todas as crianças devam atingir o mesmo grau de conhecimento num determinado tempo.

Com efeito, o processo educativo inclusivo em Moçambique de crianças que possuem surdez/mudez na rede regular de ensino, de forma geral, enquadra-se no princípio de direito à educação para todos, embora haja dificuldade de acesso à língua utilizada pela maioria desses alunos. Assim, a educação inclusiva deve dar oportunidade a todas as crianças/alunos com base nas suas necessidades de aprendizagem.

2.5. Adaptações Curriculares

Entende-se por currículo “o conjunto de objectivos, métodos pedagógicos e critérios de avaliação de cada um dos níveis, etapas, ciclos, graus e modalidades do sistema educativo que regulam a prática docente” (Art. 41) Ordenación General del Sistema Educativo (LOGSE) Apud Bautista (1996:14).

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno. (SEESP: 33)

Estas definições sugerem-nos que as adaptações curriculares devem partir da escola, onde existam alunos com NEE. Um aluno com NEE precisa de meios sejam humanos ou materiais para garantir o processo de ensino-aprendizagem. Por exemplo, um aluno surdo-mudo precisa de um professor intérprete de língua de sinais na sala de aula para facilitar a

comunicação, caso seja difícil, necessitará de um equipamento de audição. Quando se fala de adaptações curriculares não quer dizer que as escolas devem prestar atenção apenas aos alunos surdos-mudos, mas sim a todo o aluno com NEE independentemente da sua deficiência física, psíquica ou motora.

III. Impacto da escolha do modelo bilingue para alunos surdos-mudos

O Ensino Bilingue em Moçambique é hoje uma grande preocupação para o Governo, para o Ministério da Educação (MINED), sociedade civil e a comunidade em geral por causa da inclusão de alunos com NEE neste modelo. Esta preocupação justifica-se pelo facto de haver necessidade de colocar na mesma turma alunos com NEE, surdos-mudos e “normais” a comunicar entre si na sala de aula, mas também pela necessidade de os fazer competir e interagir num mundo cada vez mais globalizado e multifacetado.

No geral, as crianças com NEE eram marginalizadas e não faziam parte de todo um processo educativo prestabelecido, porque se pensava que a causa da dificuldade era uma questão sua, individual. Mas hoje esta ideia devaneceu, porque já se tem em mente que as escolas reconhecem a necessidade de os alunos com NEE frequentarem o ensino normal, à luz do direito à educação para todos, independentemente da sua condição social, económica, política, religiosa, cultural.

Para Bautista (1997) a educação especial era designada a um tipo de aluno possuidor de algum défice ou handicap que os apresentava como diferentes dos restantes alunos considerados normais. Assim sendo, as escolas devem adaptar os seus currículos em função das NEE de cada aluno, aliás, este autor afirma que as adaptações curriculares são as mais importantes estratégias de intervenção na resposta às NEE (...) são acomodações ou ajustes da oferta educativa”. Porém o que se tem notado é que as nossas escolas ainda não estão preparadas para fazer modificações nos currículos. As orientações para implementação do ensino bilingue e a inclusão de alunos com NEE estão bem alinhadas, mas há falta de vontade da sua concretização por quem de direito, o que faz com que os resultados não sejam visíveis. Segundo (SEESP:1998), as adaptações curriculares não são mais um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam uma planificação pedagógica e um conjunto de acções docentes fundamentadas em critérios que definam: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem.

Segundo Correia (1999), NEE aplica-se a crianças e adolescentes com problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais, mas também com dificuldades de aprendizagem derivadas de factores orgânicos ou ambientais (...), portanto, com aprendizagens atípicas, isto é, que não acompanham o currículo normal, sendo necessário proceder a adaptações curriculares, mais ou menos generalizadas, de acordo com o quadro em que se insere a problemática da criança ou adolescente. Para Pacheco (1996), o currículo é *“uma construção que deve ser estudada na relação com as condições históricas e sociais em que se produzem as suas diversas realizações concretas e na ordenação particular do seu discurso, e também na relação com o contexto de implementação, geralmente a escola ou a instituição de formação.”*

Concordamos com a perspectiva de Correia e Pacheco quando afirmam que o currículo escolar deve adaptar-se, organizar-se, e ser implementado tendo em conta as condições históricas, sociais, as características dos alunos com NEE, porque são portadores de múltiplas deficiências. Portanto, um aluno com NEE deve ter ajuda pedagógica ou serviços educativos ao longo da sua escolarização, para conseguir o máximo crescimento pessoal e social.

Quando falamos da reforma educativa e das adaptações curriculares, queremos ao mesmo tempo falar da educação inclusiva que deve dar oportunidade a todas as crianças/alunos com base nas suas necessidades de aprendizagem. A educação é um direito de todo o cidadão. O currículo do Ensino Secundário Geral (ESG) pauta por uma educação inclusiva consubstanciada na igualdade de oportunidades para todas as crianças. Relativamente aos portadores de deficiência, deverão ser criadas condições para que todas as crianças e jovens se sintam livres de qualquer forma de discriminação, através da promoção de atitudes e valores como a solidariedade, o amor pelo próximo, entre outros (PCESG, 2007:14).

A teoria defendida pelo PCESG entra em choque com aquilo que Ribeiro (1996:13) conceitua de currículo, isto é, *“uma acumulação de experiências educativas ou itinerário formativo do aluno durante a passagem pela escola (...) conjunto variado de mecanismos e meios que possibilitam, no tempo de vida escolar, diversas e sucessivas experiências formativas”*. Assim sendo, ao se conceber um currículo, este deve adaptar-se à situação do aluno com NEE, tendo em conta uma aprendizagem significativa (construtivista); deve ser aberto e flexível. O facto de ser flexível não implica que todas as crianças atinjam o mesmo grau de conhecimento num determinado tempo, mas que estejam todas envolvidas no desenvolvimento de competências comunicativas, psíquicas e psicomotoras.

Lacerda e Mantelatto (2000) defendem que o ensino bilingue tem de visar a exposição da criança surda à língua de sinais o mais precocemente possível, pois esta aquisição propiciará ao surdo um desenvolvimento rico e pleno de linguagem e, conseqüentemente, um desenvolvimento integral. No contexto moçambicano, as escolas ainda não estão preparadas para fazer face a este tipo de casos, o que quer dizer que os alunos surdos-mudos ainda não têm acesso a um equipamento auditivo, a um intérprete e raras vezes usam a língua de sinais na sua comunicação diária. Embora existam políticas sobre o ensino inclusivo, a sua implementação não se faz sentir, porque as escolas estão equipadas com materiais e equipamentos específicos tais como: próteses auditivas, treinadores da fala, textos complementares que favoreçam a sua compreensão, material visual e outros tipos de apoio para favorecer a apreensão das informações expostas verbalmente.

Kyle (1999) enfatiza que *“toda criança surda deveria ter uma educação bilingue”*. Para o autor, “o desenvolvimento escolar dos surdos só ocorrerá de forma efectiva se a sua língua neste caso (a língua de sinais) for aceite como primeira língua ou língua materna”. Assim sendo, poder-se-ia adoptar o bilinguismo usando duas línguas em simultâneo (língua portuguesa e de sinais) e seria a proposta mais adequada para o ensino de crianças com NEE surdas-mudas. Na educação de alunos com NEE, em particular, os surdos-mudos, é imperioso que se use uma língua gestual e uma língua oral porque estará sempre presente o desenvolvimento de competências o que lhes permitiria funcionar, eficaz, cómoda e adequadamente nas duas línguas e nas suas comunidades.

Quando a aula for expositiva, a presença de um professor intérprete na sala de aula permite que o aluno surdo-mudo capte muita informação, porque o intérprete deve articular e gesticular com mais lentidão, o que permite que a interação comunicativa entre o aluno e o intérprete seja efectiva. O desenvolvimento cognitivo, afectivo, sociocultural e académico das crianças surdas não depende necessariamente da audição, mas sim do desenvolvimento espontâneo da sua língua. A língua de sinais propicia o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança surda, facilita o processo de aprendizagem, serve de apoio para a leitura e compreensão.

Sendo a avaliação um elemento fundamental no processo de ensino-aprendizagem, a sua ausência pode trazer consequências negativas em todo o processo. A avaliação é um instrumento através do qual se pode perceber como é que estão a ser cumpridos os objectivos previamente estabelecidos, permitindo melhorar as estratégias de ensino face aos objectivos propostos (INDE, 1987:1). Neste sentido, a avaliação é importante em todo o processo educativo e no caso de alunos com NEE ela deve ter em conta os aspectos de comunicação e linguagem. Quanto à promoção dos alunos que apresentam NEE, o processo avaliativo deve seguir critérios adoptados para todos (alunos “normais” e alunos com NEE) ou adoptar outras formas de avaliação para alunos com NEE quando for necessário.

3.1. Problemas de escolha do modelo de ensino bilingue para alunos surdos-mudos

Para Guirruogo (2008), além das dificuldades que o próprio país enfrenta, como já referimos, as que se ligam ao fenómeno EB parecem ter explicação, olhando para aquilo que são as pesquisas sobre o mesmo na actualidade. Como estima Baker (1979), citado por Contasse (2004:352), “a ausência de uma perspectiva histórica que aborda o EB é duplamente perigosa”; porque por um lado, não se reconhece a sua evolução desde a antiguidade até actualmente e, por outro lado, a sua presença não é sempre interpretada dentro das raízes próprias de cada comunidade concreta, de modo a decidir dentro do amplo contexto social, cultural, político e económico em que surge o EB num determinado país ou região. Estes factores ajudam a estabelecer uma clara distinção entre os modelos de EB e decidir que modelo é aconselhável por em prática. Por exemplo, no Canadá o EB adoptou desde a fase inicial a fórmula dos programas de imersão e, portanto, a preferência pelos modelos de manutenção; os que assistem a estes programas pertencem, principalmente, a grupos majoritários cuja língua materna é o Inglês, a língua dominante do país.

Neste caso, achamos que o ensino bilingue para alunos com NEE tem os seus problemas relacionados com a implementação dos currículos e a inclusão dos alunos. Bonifácio (2010) acrescenta que as escolas inclusivas precisam de reconhecer e responder às necessidades diversificadas dos seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos, mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as suas comunidades.

Nascimento e Raffa (2009) afirmam que a deficiência auditiva ou surdez é considerada como a incapacidade total ou parcial de audição, devido problemas que afectam o aparelho auditivo. Contudo, apesar da existência já de currículos inclusivos na educação em Moçambique, a sua implementação ainda é deficiente, porque as escolas não possuem condições

para atender alunos com NEE, infra-estruturas tais como salas de aula com ambiente para tratamento auditivo, falta de um sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades dos alunos, de tal modo que possam ver os movimentos do professor e dos colegas. Nas zonas rurais, por exemplo, a localização das escolas dificulta em grande medida a frequência das crianças com alguma deficiência, para além de que essas escolas não estão adaptadas para alunos com NEE.

O outro problema ainda é que este ensino está a enfrentar a carência de professores qualificados, ou seja, os professores não têm recebido formação adequada e contínua em técnicas pedagógicas para lidar com este tipo de situações, designadamente professores treinados em línguas de sinais, intérpretes que possam facilitar a comunicação na sala de aula.

3. Considerações finais

Chegados ao final, quizemos abordar a questão da escola de um modelo bilingue em Moçambique para uma educação inclusiva tendo em conta alunos com necessidades educativas especiais, no caso particular os surdos-mudos. O que se pudemos perceber foi que as nossas escolas ainda estão desprovidas de infraestruturas, meios financeiros e equipamentos adequados para atender situações de alunos com NEE. O modelo bilingue adoptado tem as suas insuficiências relacionadas com a falta de uma política educacional condizente com a realidade local, quanto à implementação de currículos inclusivos, visto que ainda não existem equipamentos apropriados nas escolas tais como: próteses auditivas e recursos humanos qualificados, como intérpretes de línguas de sinais para facilitar a comunicação. A presença de um intérprete de língua de sinais na sala de aula é uma das adaptações curriculares que pode ser considerada suficiente para a construção da interacção entre o aluno com NEE (surdo/mudo) e ouvinte.

O Bilinguismo é, portanto, a forma de ensino com a qual o surdo poderá assumir a sua identidade como tal e que lhe permitirá comunicar-se com a sociedade ouvinte através da linguagem escrita e, se o surdo desejar, por meio da linguagem oral.

A inclusão escolar dos alunos surdos-mudos no sistema educativo normal tem o condão de proporcionar as mesmas condições em que o ouvinte adquire a língua oral, ou seja, ao surdo deve-se dar as mesmas condições de aprendizagem.

Finalmente, parece um dado adquirido que a educação inclusiva é de capital importância para surdos-mudos, uma vez que estes, para se reconhecerem como tal, precisam de aprender juntamente com outros. A impossibilidade de os surdos-mudos adquirirem de forma natural, como ouvintes, a língua oral, só pode ser superada pela utilização sistemática de tecnologias de comunicação no ensino da fala. O que salta à vista neste sistema de educação é que Moçambique ainda não está preparado para introduzir o modelo bilingue, porque muitos alunos surdos-mudos não têm o português como sua língua materna, os currículos ainda não foram suficientemente ajustados à realidade moçambicana.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUTISTA, Rafael (ORG.) Necessidades Educativas Especiais. 2ªed., Lisboa. 1997
- BONIFÁCIO, José. Mundo e Letras, /SP, v. 1, n. 1, Maio/2010 in www.infopedia.pt capturado em 15.08.12
- BRENNAN, W. K. (1998) El currículo para niños com necessidades especial In: CORREIA, L. M. (Ed.), Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Escolas Regulares. Porto: Porto Editora, pp. 47
- CORREIA, L. M. Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Escolas Regulares. Porto: Porto Editora, 1999
- GUIRRUGO, O. Carlos. O Ensino da Escrita com Recurso a Estratégia (Meta) Cognitiva-Cooperativas em Contexto Multilíngue: o caso do Português em Moçambique, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Tese de Mestrado In www.Instituto-Camões.pt, capturado em 15/08/12
- GRUNDY (1987) PACAHECO, José Augusto. Currículo: teoria e prática. Porto, Porto Editora, PP.5
- <http://www.webartigos.com/artigos/a-avaliacao-do-aluno-surdo-na-escola-regular-generalizacao-e-fracasso/46784/#ixzz24v041geg>
- KYLE, Jim. O ambiente bilíngüe: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilingüismo para os surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos. Processos e projetos pedagógicos. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999, pp. 15-26
- LACERDA, C.B.F.; MANTELATTO, S.A.C. As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica junto a sujeitos surdos. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000. pp. 21-41
- MEC. Ministério de Educação e Cultura. Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação. Plano Curricular do Ensino Básico (PCEB). Objectivos, política, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação. Maputo, Diname, 2003
- MEC. Ministério de Educação e Cultura. Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação. Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG). Documento Orientador: Objectivos, política, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação. Maputo, Diname, 2007
- NASCIMENTO, Márcia M.do; RAFFA-ARUJA, Ivete. Inclusão Social: primeiros passos. São Paulo: Giracor, 2009
- PACAHECO, José Augusto. Currículo: teoria e prática. Porto, Porto Editora, 1996
- RIBEIRO, António Carrilho. Desenvolvimento Curricular. 6ªed., Lisboa: texto editora, 1996, pp.13
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autentica, 2003

Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares: Adaptações curriculares-Brasília-MEC SEF/SEESP, 1998 in: www.colegio_mariejost.org.br/new_enas/ capturado em 21/08/12

Wikipédia, a enciclopédia livre in www.pt.wikipedia.org/wiki/bilinguismo-surdo capturado em 14.08.12 Wikipédia, a enciclopédia livre in www.pt.wikipedia.org/wiki/ideias_ensino_bilingue capturado em 13.08.12

Wikipédia, a enciclopédia livre in www.pt.wikipedia.org/wiki/surdo_mudo capturado em 15.08.12

[www.trabalhosfeitos.com/tópicos/oensino-bilingue...surdo/900](http://www.trabalhosfeitos.com/tópicos/oensino-bilingue-surdo/900) capturado em 14.08.12

www6.ufrgs.br/.../o_bilinguismo_aplicado_a_educacao capturado em 14.08.12

Revista Mundo & Letras 82